

• **INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Nº 262/2024**

**TEOR DA SOLICITAÇÃO:** Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do (a) PROJETO DE LEI Nº 1.283/2024, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

**SOLICITANTE:** COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTORES:** Sidney José de Souza Júnior  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Poderes de Estado,  
Representação, Justiça, Segurança Pública, Defesa, Mulheres e Direitos Humanos

Simplicio Luiz Leandro dos Santos  
Técnico Legislativo da Área Poderes de Estado, Representação, Justiça,  
Segurança Pública, Defesa, Mulheres e Direitos Humanos



## 1. SÍNTESE DA MATÉRIA

---

Acrescenta § 9º ao Art. 98 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, para determinar a garantia de gratuidade da justiça a toda pessoa física inscrita no Cadastro Único Para Programas Sociais – CadÚnico.

## 2. ANÁLISE

---

O projeto gera gastos que se enquadram na condição de despesas obrigatórias de caráter continuado<sup>1</sup>, nos termos do art. 17 LRF. Nesses casos, torna-se aplicável os § 1º e 2º do referido diploma legal, segundo os quais o ato que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado deverá ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e que tal ato deverá estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

## 3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

---

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, os art. 14 e 17 da LRF e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

## 4. RESUMO

---

O projeto de lei nº 1.283, de 2024, é incompatível e inadequado financeira e orçamentariamente.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2024.

<sup>1</sup> Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)



SIDNEY JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

SIMPLICIO LUIZ LEANDRO DOS SANTOS  
TÉCNICO LEGISLATIVO  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2816081>

Consultoria de Orçamento  
e Fiscalização Financeira

